

Torre de Babel:

Créditos e Poderes da Comunicação

2



Edwaldo Costa
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Torre de Babel:

Créditos e Poderes da Comunicação

2

Edwaldo Costa
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Edwaldo Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T689 Torre de Babel: créditos e poderes da comunicação 2 /
Organizador Edwaldo Costa. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-871-7

DOI 10.22533/at.ed.717211103

1. Comunicação. 2. Mídia. I. Costa, Edwaldo
(Organizador). II. Título.

CDD 302.23

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coleção Torre de Babel: Créditos e Poderes da Comunicação é apenas um breve panorama da produção e reflexão acadêmica na área, contemplando a produção de dois e-books, que reúnem não apenas as possibilidades que o campo da Comunicação ensina, mas também os desafios que se erigem na/da sociedade contemporânea, marcada pelo crescente processo de midiatização e conflitos de informação. Neste e-book 2, apresentamos 27 capítulos de 34 pesquisadores.

Na Bíblia, o Gênesis conta que “o mundo inteiro falava a mesma língua, com as mesmas palavras” (Gn 11,1). Os homens resolveram, porém, criar uma cidade com uma torre tão alta que chegaria a tocar o céu e os tornaria famosos e poderosos. Então Deus, para castigá-los, fez com que ninguém mais se entendesse e os homens passaram a falar línguas diferentes. Assim, os construtores da torre se dispersaram e a obra permaneceu inacabada. A diversidade das línguas surge como forma de evitar a centralização do poder. A cidade dessa história bíblica ficou conhecida como Babel, que significa “confusão”.

Muitos milênios depois, o homem se encontra enredado em múltiplas formas de comunicação, com línguas, códigos e dispositivos diversos, cada vez mais sofisticados e mais céleres. Todavia, a (in)compreensão das mensagens vem, assustadoramente, transformando-se, muitas vezes, na destruição da harmonia e da paz entre os homens. Mesmo com o avanço da tecnologia, a comunicação parece permanecer precária. A civilização ergue monumentos gigantescos, mas não é capaz de resolver conflitos básicos.

Trata-se de uma obra transdisciplinar que versa sobre comunicação, legislação, concentração de mídia no Brasil, políticas de comunicação, indústria fonográfica, campanha publicitária, atividade extensionista, produções audiovisuais, análise de vídeos, TV Excelsior, festivais de música popular, Série Elite, diversidade, cultura pop, jornalismo cultural, Filme Hebe, necropolítica, estética da ecopropaganda audiovisual, telenovelas de Benedito Ruy Barbosa, perfil do assessor de imprensa do interior de São Paulo, *trickster*, imaginário, humor, rádio paranaense, arte multidimensional, Nelson Leirner, *branding*, marketing de conteúdo, TV no Brasil, TV em Cabo Verde, TV em Portugal, programas infantis na TV Aberta, editoriais de obras espíritas, Revista TV Sul Programas, Superamigos, ficcionalidade nas telenovelas brasileiras, publicidade eleitoral, tabus da sexualidade feminina, regulamentação das rádios comunitárias, film-photo e debates internacionais que precederam o informe Macbride.

A ideia da coletânea é simples: propor análises e fomentar discussões sobre a comunicação a partir de diferentes pontos de vista: político, educacional, filosófico e literário. Como toda obra coletiva, esta também precisa ser lida tendo-se em consideração a diversidade e a riqueza específica de cada contribuição. Por fim, sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos a estrutura da Atena Editora,

capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para que estes pesquisadores exponham e divulguem seus resultados.

Edwaldo Costa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ESTRUTURA DISCURSIVA NARRATIVA APLICADA AO TEXTO PUBLICITÁRIO: POTENCIALIDADES E SUBVERSÕES NA VISÃO DE WALTER BENJAMIN	
<i>Marina Aparecida Espinosa Negri</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7172111031	
CAPÍTULO 2	16
A FUNCIONALIDADE DAS ESTRATÉGIAS CRIATIVAS BASEADAS EM HUMOR, IRONIA E DEBOCHE NOS ENUNCIADOS PUBLICITÁRIOS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Marina Aparecida Espinosa Negri</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7172111032	
CAPÍTULO 3	33
LEGISLAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE MÍDIA NO BRASIL: TRÊS DÉCADAS DE POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO (1988-2018)	
<i>Vitor Pereira de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7172111033	
CAPÍTULO 4	45
INDÚSTRIA FONOGRAFICA: O MERCADO DE MÚSICA NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI	
<i>Daniel Parente Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7172111034	
CAPÍTULO 5	56
CRIAÇÃO DE CAMPANHA PUBLICITÁRIA: INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA POR MEIO DE ATIVIDADE EXTENSIONISTA	
<i>Andressa Deflon Rickli</i>	
<i>Layse Pereira Soares do Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7172111035	
CAPÍTULO 6	64
A CRÍTICA POLÍTICO-SOCIAL EM PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS CONTEMPORÂNEAS: UMA ANÁLISE DOS VIDEOCLIPES DE LIA CLARK, GLÓRIA GROOVE, IZA E WANESSA CAMARGO	
<i>Luiz Guilherme de Brito Arduino</i>	
<i>Renata Maria Monteiro Stochero</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7172111036	
CAPÍTULO 7	79
A TV EXCELSIOR E AS COMPETIÇÕES MUSICAIS: OS FESTIVAIS DE MÚSICA POPULAR DE 1965 E 1966	
<i>Talita Souza Magnolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7172111037	

CAPÍTULO 8	93
LEITURA CRÍTICA DA SÉRIE ELITE: UMA DISCUSSÃO SOBRE REPRESENTAÇÃO, SIGNIFICAÇÃO E DIVERSIDADE NA CULTURA POP	
Luiz Guilherme de Brito Arduino Vânia de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.7172111038	
CAPÍTULO 9	112
A VALORAÇÃO DO FILME HEBE EM REPORTAGENS DO JORNALISMO CULTURAL	
Gilmar Adolfo Hermes	
DOI 10.22533/at.ed.7172111039	
CAPÍTULO 10	126
NECROPOLÍTICA E PRECARIIDADE NO GESTO DE FILMAR O LUTO DE CRISTIANO BURLAN	
Leandro Silva Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.71721110310	
CAPÍTULO 11	138
O FILME VERDE: PARA UMA ESTÉTICA DA ECOPROPAGANDA AUDIOVISUAL	
Francisco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.71721110311	
CAPÍTULO 12	149
A ANÁLISE HISTÓRICA DO ESTILO TELEVISIVO E A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS TELEVISUAIS PARA O TEMA DA TERRA, EM TELENÓVELAS DE BENEDITO RUY BARBOSA	
Reinaldo Maximiano Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.71721110312	
CAPÍTULO 13	165
O PERFIL DO ASSESSOR DE IMPRENSA DO INTERIOR DE SÃO PAULO	
Ivana Laís da Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.71721110313	
CAPÍTULO 14	188
O TRICKSTER EM SINTONIA COM O IMAGINÁRIO: MITO E HUMOR NO RÁDIO PARANAENSE	
Rafaeli Francini Lunkes Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.71721110314	
CAPÍTULO 15	198
ARTE MULTIDIMENSIONAL: UM ESTUDO SOBRE A GRANDE PARADA, DE NELSON LEIRNER	
Marcos Rizolli	
DOI 10.22533/at.ed.71721110315	

CAPÍTULO 16	206
BRANDING E MARKETING DE CONTEÚDO: FORTALECIMENTO E GERAÇÃO DE VALOR PARA A MARCA POR MEIO DE CONTEÚDO SIGNIFICATIVO, CONSISTENTE E RELEVANTE NO AMBIENTE DIGITAL	
Railson Marques Garcez José Samuel Scriviner Neto	
DOI 10.22533/at.ed.71721110316	
CAPÍTULO 17	222
OS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO: PANORAMAS DA TV NO BRASIL, EM CABO VERDE E EM PORTUGAL	
Vitor Pereira de Almeida Ricardo Matos de Araújo Rios	
DOI 10.22533/at.ed.71721110317	
CAPÍTULO 18	233
70 ANOS DE EVOLUÇÃO (OU INVOLUÇÃO) DO NÚMERO DE PROGRAMAS INFANTIS NA TV ABERTA	
Dirceu Lemos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.71721110318	
CAPÍTULO 19	246
RITOS GENÉTICOS (EDITORIAIS) DE OBRAS ESPÍRITAS	
Alcione Gonçalves Antônio Augusto Braico	
DOI 10.22533/at.ed.71721110319	
CAPÍTULO 20	259
REVISTA TV SUL PROGRAMAS: UM RETRATO DOS PIONEIROS DA TELEVISÃO	
Filipe Peixoto Laira Campos	
DOI 10.22533/at.ed.71721110320	
CAPÍTULO 21	272
SUPERAMIGOS E AS TRÊS DIMENSÕES DO ESPETÁCULO DE CARIDADE	
Marcelo Travassos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.71721110321	
CAPÍTULO 22	286
TERRITÓRIOS DE FICCIONALIDADE E SEUS USOS PARA A CONSTRUÇÃO DAS TRAMAS DAS TELENOVELAS BRASILEIRAS	
Maressa de Carvalho Basso	
DOI 10.22533/at.ed.71721110322	
CAPÍTULO 23	298
O “MITO” NA PUBLICIDADE ELEITORAL; O USO DA PERSUASÃO NA CAMPANHA DE	

JAIR BOLSONARO

Bianca Monti Piazza Lopes

Roberta Fleck Saibro Krause

DOI 10.22533/at.ed.71721110323

CAPÍTULO 24.....312

TABUS DA SEXUALIDADE FEMININA: A SEXUALIZAÇÃO DA MULHER AFRO-BRASILEIRA

Juliana Lopes Ordéas Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.71721110324

CAPÍTULO 25.....321

20 ANOS DE REGULAMENTAÇÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS: POUCOS AVANÇOS E DEMANDAS DE NOVAS CONQUISTAS

Paulo Augusto Emery Sachse Pellegrini

DOI 10.22533/at.ed.71721110325

CAPÍTULO 26.....334

UM SÉCULO DE SINFONIAS URBANAS: *FILM-PHOTO* E INCONSCIENTE ÓTICO

Fernanda Aguiar Carneiro Martins

DOI 10.22533/at.ed.71721110326

CAPÍTULO 27.....344

UMA ARENA, MUITAS DISPUTAS: UMA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DEBATES INTERNACIONAIS QUE PRECEDERAM O INFORME MACBRIDE

André Luís Lourenço

Juliano Maurício de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.71721110327

SOBRE O ORGANIZADOR.....358

ÍNDICE REMISSIVO.....359

CAPÍTULO 17

OS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO: PANORAMAS DA TV NO BRASIL, EM CABO VERDE E EM PORTUGAL

Data de aceite: 01/03/2021

Vitor Pereira de Almeida

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais

Ricardo Matos de Araújo Rios

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais

Trabalho apresentado em sua primeira versão no GP Geografias da Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

RESUMO: Este trabalho tem como proposta a realização de uma pesquisa exploratória inicial da televisão no Brasil, em Cabo Verde e em Portugal. A lusofonia percorre os países que estão inseridos na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP. O texto destaca como a televisão surge pública em Portugal e Cabo Verde em contraponto ao Brasil, onde nasce comercial. Como recurso metodológico, utilizamos da pesquisa bibliográfica associada à análise documental. É possível concluir que, apesar das diferenças existentes, a televisão é um dos veículos de comunicação mais importantes nos países estudados.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Cabo Verde, Portugal, Geografias da Comunicação, Televisão.

ABSTRACT: This work proposes to carry out an initial exploratory research on television in Brazil, Cape Verde and Portugal. Lusophony runs through countries that are part of the Community of Portuguese Speaking Countries, the CPLP. The text highlights how television appears public in Portugal and Cape Verde as opposed to Brazil, where television is born commercial. As a methodological resource, we use bibliographic research associated with documentary analysis. It is possible to conclude that, despite the existing differences, television is one of the most important vehicles of communication in the countries studied.

KEYWORDS: Brazil, Cape Verde, Portugal, Geographies of the Communication, Television.

1 | INTRODUÇÃO

Importante veículo de comunicação, a televisão moldou a cultura contemporânea dos países lusófonos. Das novelas, que desenvolveram o debate público, ao ensino da língua portuguesa, que fomentou o uso do Português em vários países, a TV faz parte do dia-a-dia de milhões de pessoas que vivem no espaço da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Mesmo com o crescimento das plataformas de *streaming*, a televisão mantém-se forte, seja pela dificuldade de acesso à internet ou à tecnologia. Para compreender o panorama atual do meio em três países (a saber, Brasil, Cabo Verde e Portugal), este

trabalho se propõe a fazer uma exploração sobre a situação atual da televisão nos três Estados citados.

Esta exploração contemplará os canais FTA, ou seja, os canais abertos de televisão. Como alicerce teórico, o trabalho usa os conceitos de Lusofonia, de Godoy (2015), Comunidades Imaginadas, de Anderson (2008), e Ambiente Internacional, de Zahreedine (2015).

A finalidade é agregar dados documentais da televisão destes países e compreender o processo evolutivo do veículo, para que seja possível compreender o estado atual no que tange a situação das empresas e do modelo seguido por cada um dos países (se é público, privado ou híbrido).

Espera-se, assim, que o levantamento possa contribuir no debate sobre o futuro da televisão no espaço lusófono.

21 O QUE É A CPLP?

A CPLP é uma organização internacional formada por países lusófonos criada em 17 de julho de 1996 por Angola (República de Angola), Brasil (República Federativa do Brasil), Cabo Verde (República de Cabo Verde), Guiné-Bissau (República da Guiné-Bissau), Moçambique (República de Moçambique), Portugal (República Portuguesa) e São Tomé e Príncipe (República Democrática de São Tomé e Príncipe). Em 2002, após declarar independência, o Timor-Leste (República Democrática de Timor-Leste) se tornou país integrante da organização e, em 2014, a Guiné Equatorial (República da Guiné Equatorial) se tornou membro. Portanto, a CPLP é formada por nove Estados Soberanos em que a língua oficial ou uma delas é a língua portuguesa. Além dos países membros, existem dezenove observadores associados: o Principado de Andorra, a República Argentina, a República do Chile, a República Eslovaca, a República Francesa, a Geórgia, a Hungria, o Japão, a República Italiana, o Grão-Ducado de Luxemburgo, a República de Maurício, a República da Namíbia, o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, a República do Senegal, a República da Sérvia, a República Tcheca, a República da Turquia, a República Oriental do Uruguai e a Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura. Outros dez países já manifestaram seu interesse em aderir como membros observadores associados. A comunidade possui um canal de televisão chamado TV CPLP, produzido pela própria Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e custeado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e pelo governo português. A proposta é que o canal seja transmitido internacionalmente com os programas todos em português.

Tudo isso demonstra a importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O objetivo principal da CPLP é o “aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os países membros” e, ainda, “A concertação político-diplomática

entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; A materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa”, segundo o site oficial da CPLP¹.

A comunicação e a regulação da mídia são temas tão importantes na CPLP que, em 22 de outubro de 2009 a CPLP criou Plataforma das Entidades Reguladoras da Comunicação Social dos Países e Territórios de Língua Portuguesa (PER). Sete dos nove integrantes da CPLP constituem a PER (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). As únicas exceções são o Brasil e a Guiné Equatorial (país membro mais recente, associado em 2014, portanto antes da criação da PER). A PER tem o propósito de “ser um fórum de discussão e cooperação, de intercâmbio de informações regulares e de investigação em matérias relativas à regulação da comunicação social”, segundo o website oficial da Plataforma².

Mas, como países tão diferentes entre si, constituem uma mesma comunidade? Para que seja possível a realização dessa reflexão, faz-se necessário destacar alguns aspectos desses países e como a lusofonia está presente ou não. Cabe ressaltar que, para fins de detalhamento e citação nesse trabalho de pesquisa, foram considerados apenas os canais de televisão abertos e com abrangência nacional nos respectivos países. O foco desta análise está nos três países objetos do estudo.

3 | LUSOFONIA COMO CONCEITO TEÓRICO

Países geograficamente tão distantes acabam unidos pela lusofonia. Aqui, definimos lusofonia como a comunidade formada pelos povos e nações que compartilham a língua e a origem portuguesas. Há que destacar que esses países foram colonizados por Portugal, ou seja existe uma clara “linha de poder” definida. A colonização partiu de Portugal e foi imposta aos outros países. Não só isso, mas também é importante destacar que a globalização “desfez” boa parte das barreiras geográficas. Porém, ainda nos dias de hoje, culturas diferentes existem nos países estudados.

Em suas origens, Portugal trouxe e impôs sua cultura aos colonizados. E, a partir disso, se construiu a ideia de nação e identidade da comunidade lusófona. Como aponta Anderson (p. 261), o nacionalismo surgiu primeiro na América como uma ferramenta para afirmação dos primeiros Estados nacionais existentes no continente. Estados, estes, que queriam se separar das metrópoles europeias. O uso do termo “Novo Mundo” para se referir à América criava nos *criollos* a consciência de uma comunidade paralela à Europa. Além disso, as escolhas léxicas reforçam a ideologia por meio de comunidades imaginadas. Ao

1. Disponível em <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>. Acesso em 10 ago. 2020

2. Disponível em <http://plataforma-per.org/conteudo.php?ACABYwZg=AAEBVwZCUE0GXQUFU05QSgNLBwQte-la9Xr1&ACABYwZu=AGEBMQYT1mais&ADwBawZpUGcGdwU3=ACABdgtela9Xr1tela9Xr1>. Acesso em 10 ago. 2020

tratar os países lusófonos como parte de uma Comunidade de Países, como no caso da CPLP, ou como um grupo único, que se irmana em torno de uma característica que os une ao redor do aspecto linguístico, há o reforço desta comunidade imaginada da lusofonia, independente das distâncias geográficas que ocorram. Isso acontece porque a noção de comunidade pressupõe homogeneização identitária, algo que não acontece em uma sociedade, que tem a pluralidade como um de seus principais pilares.

Mas, se o Ambiente Internacional caracteriza-se pelo estado anárquico, como é possível traçar regramentos e associações por meio de instituições? Zahreddine (2015) pontua que, no Ambiente Internacional, o institucionalismo da escolha racional possui quatro propriedades: emprego de série de pressupostos comportamentais; vida política como uma série de dilemas de ação coletiva; interação estratégica na determinação das situações políticas; ideia de acordo voluntário como origem das instituições. Com base nisso, as instituições têm as seguintes funções: facilitar o estabelecimento de acordos mutuamente benéficos entre os governos, acordos estes que não seriam alcançados sem ação coletiva; coordenação e colaboração para redução de conflitos.

Godoy et al. (2015, p. 3-5) apresentam uma conceituação política da Lusofonia da seguinte maneira:

Apesar de a globalização ser um fenômeno que remete a múltiplas dimensões – políticas, econômicas e culturais, por exemplo – chama-se atenção para as possibilidades abertas pela intensificação do uso das novas tecnologias da informação uma vez que isso tem o poder de ampliar enormemente a integração entre as comunidades lusófonas (Martins, 2014).

Possivelmente isso ajude a explicar o crescente interesse por temas ligados à lusofonia e que Cristóvão et al. (2007) nomeiam de “lusografia”, termo que expressa um espaço múltiplo onde a língua portuguesa impera, predominantemente a escrita, não necessariamente a falada. A cidadania lusófona não é necessariamente um espaço real e talvez nunca possa ser verdadeiro, embora o projeto de criação de um espaço com tais atributos venha ganhando vigor nos últimos anos. Nenhum outro povo, além dos portugueses, deixou um rastro de influência semelhante, durante o projeto de colonização (Lopes, 2003).

O conceito de lusofonia tem sido expressivamente ampliado, atingindo não apenas o universo linguístico, mas se ampliando para o compartilhamento de elementos culturais, contribuindo para a promoção e o desenvolvimento conjunto dos países envolvidos, também como estratégia de internacionalização da língua portuguesa (Vanspauwen, 2012). Neste sentido, a lusofonia é importante por instituir um espaço geolinguístico, como um processo de alongamento, na medida em que cria uma relação mais profunda em diferentes contextos sociais (Giddens, 1990). Desse modo, acaba por se transformar em uma identidade de comunidade em redes e cada vez menos de mercado (Freixo, 2009). (GODOY *et alli*, 2015, p. 3-5)

No Ambiente Internacional, a Lusofonia não só encontra respaldo para ser uma Comunidade Imaginada, mas também se transforma em aglutinadora transnacional e instituição pluriestatal consolidada (como é o caso da CPLP). Mesmo que Lourenço (2001, p. 182) considere a CPLP “um refúgio imaginário”, o fato é que ela existe e é uma instituição internacional, conforme as definições apresentadas por Zahreddine (2015).

4 | UM PANORAMA DOS PAÍSES ANALISADOS

A República Federativa do Brasil está localizada na América do Sul. O Brasil é o maior em extensão territorial da América do Sul e o maior país lusófono do mundo. Em 1822 se declarou independente de Portugal, tornando-se um império e concentrando os poderes nas mãos de Dom Pedro I, primeiro imperador do Brasil. Em 1889, o país torna-se uma república. Possui uma área total de 8.515.767.049 km² e uma população estimada, em 2018, em 208.846.892 habitantes³. É uma República Federativa Presidencialista. Possui cinco canais de televisão a nível nacional e abertas: Rede Globo de Televisão, Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), RecordTV, Bandeirantes (Band) e a TV Brasil (governamental desde o golpe de 2016). A ANATEL, Agência Nacional de Telecomunicações é a responsável pela fiscalização do setor de mídia no país.

A República de Cabo Verde é um país insular localizado em um arquipélago de dez ilhas na região central do Oceano Atlântico. Tornou-se independente de Portugal em 1975 e adotou o Português como língua oficial. Possui uma área total de 4.033 km² e uma população estimada, em 2018, em 568.373 habitantes⁴. É uma República Unitária Semipresidencialista. Os órgãos oficiais que regulam a comunicação social em Cabo Verde são a Autoridade Reguladora da Comunicação Social de Cabo Verde (ARC) e a Direcção - Geral da Comunicação Social. No campo das comunicações e em especial da televisão, Cabo Verde possui 4 canais: TCV - Televisão Cabo Verde, TCV Internacional (ambos públicos), Record Cabo Verde e Tiver. O Tiver ainda não possui número de registro junto ao ARC. O país conta com a TV CLPL (canal de TV feito pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, financiado pela UNESCO e pelo governo Português) e a RTP África (canal coproduzido pela RTP – Rádio e Televisão de Portugal - destinado aos países lusófonos africanos), também não produzidos no país, mas acessíveis à população.

A República Portuguesa, é um país localizado no sudoeste da Europa. Estabeleceu-se como reino em 1139 tendo o Português como língua oficial. Possui uma área total de 92.090 km² e uma população estimada, em 2018, em 10.355.493 habitantes⁵. É uma República Constitucional Unitária Semipresidencialista. A Entidade Reguladora para a

3. Dados disponíveis em https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/print_br.html. Acesso em 17 set. 2020

4. Dados disponíveis em https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/print_cv.html. Acesso em 17 set. 2020

5. Dados disponíveis em <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/po.html>. Acesso em 17 set. 2020

Comunicação Social (ERC) é a entidade responsável por regular a comunicação social no país. Possui seis canais de TV aberta para todo o país (RTP1, RTP2, RTP3, RTP Memória – públicos -, SIC e TVI), além dos canais RTP Açores, RTP Madeira e ARTV. O país conta com a TV CLPL (canal de TV feito pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, financiado pela UNESCO e pelo governo Português) e a RTP África (canal coproduzido pela RTP – Rádio e Televisão de Portugal - destinado aos países lusófonos africanos) – mesmo sendo um país europeu.

5 | PANORAMA DA TV NO BRASIL

O Brasil é um país com proporções continentais, o que por si só dificulta análises e torna mais trabalhoso uma comunicação plural visto que não existe acessibilidade aos veículos que produzem material audiovisual em todos os rincões do país; a produção audiovisual se encontra concentrada no eixo sudeste-sul. A televisão aberta, principal foco da pesquisa, e o rádio chegam a mais de 99% das residências do país e sete famílias dominam esses veículos de comunicação⁶.

Dada a concentração do setor de mídia, os grupos detentores acabam exercendo influência nas políticas destinadas à comunicação. Ao se tratar da televisão aberta em específico, os moldes americanos de concessão foram seguidos na implantação da televisão brasileira, o que acabou por consolidar a exploração das concessões de radiodifusão por parte do Estado a grupos privados; criando o oligopólio de mídia atual. Assim, os grupos televisivos tiveram uma facilitação para concentrar grande e forte influência política, econômica e social. Durante décadas, se perpetuou no país um sistema inteiramente comercial.

A televisão constitui um dos mais importantes veículos de comunicação de massas no Brasil, informação e entretenimento; mesmo com o acesso à internet se popularizando cada vez mais. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam que 97,2% dos brasileiros tem um aparelho de televisão no lar (IBGE, 2015). Ainda, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia, 89% das pessoas utilizam a televisão como fonte de informação; 77% veem televisão 7 dias por semana em uma média de 3 horas e meia diárias (Pesquisa Brasileira de Mídia, 2016). Esses dados demonstram a importância e a influência do veículo de comunicação “televisão” na vida cotidiana dos brasileiros e seu poder em informar e entreter; ainda, seu potencial como agente formador de opinião.

Com a internet é possível, até mesmo, ver televisão fora da televisão. Aplicativos e o próprio site de hospedagem de vídeos *YouTube* permitem ao espectador assistir a programas que querem ver pela primeira vez, lembrar algum detalhe ou rever na íntegra. Em outras palavras, a TV também pode ser assistida fora do fluxo da grade de programação.

6. As famílias Marinho da Globo, a Abravanel (Sílvia Santos) do SBT, Macedo da Record, a família Saad da Band, a Frias da Folha de S. Paulo, a Mesquita do Estadão e a Civita da editora Abril (Veja) - O Grupo Abril, da família Civita, foi vendido em 20/12/2018 para o empresário Fábio Carvalho, dono da sociedade de investimentos Legion Holdings.

A televisão é concebida, no Brasil, como um rádio com imagens, por falta de conhecimento e de lida com a imagem naquele momento. Ao longo de décadas se perpetuou no país um sistema inteiramente comercial. Seguindo os moldes americanos de concessão, consolidou-se a exploração das concessões de radiodifusão por parte do Estado a grupos privados; nesse ponto o Brasil se difere da Europa, onde a televisão nasce pública e os setores comerciais só entram posteriormente. Assim, os grupos televisivos no Brasil tiveram uma facilitação para concentrar grande e forte influência política, econômica e social.

Os moldes americanos de televisão foram seguidos numa experiência abrazeirada de fazer uma televisão vinda do rádio. A lógica pública da comunicação como um direito e, portanto, da necessidade de possuir uma televisão pública, demora a ser construída na sociedade. O maior expoente da TV Pública era a TV Brasil, rede de televisão nacional criada em 2007; ou seja, somente 57 anos após o surgimento da televisão no país é que se cria uma rede pública nacional de televisão. A lógica capitalista do lucro norteando a informação veiculada aos cidadãos impede que critérios de pluralidade sejam levados em conta na produção das notícias/informação. A TV Brasil segue pública até a fusão com a programação da TV NBR no governo Bolsonaro.

Falta, ainda hoje, no Brasil, regulação e regulamentação de mídia no país. Além de existir a concentração já citada dos veículos televisivos ainda tem-se outro problema no Brasil. O dono de uma rádio pode ter uma TV, um jornal e um site de notícias. Assim, por exemplo, a informação saída do rádio também é transmitida pela TV, pelo jornal e pelo site. Vê-se a notícia no Jornal Nacional, lê-se a mesma notícia no site de notícias G1, lê-se também nos impressos “O Globo” e “Extra”, nas revistas lê-se na Época e ouve-se a notícia na Rádio Globo. Cria-se o aspecto de uma materialidade incontestável aquela informação. É necessário combater a concentração do oligopólio e das múltiplas propriedades de veículos de comunicação também. Mesmo com a regulação da mídia sendo citada na Constituição de 1988, nada foi feito no sentido de impor limites às concessões e ao material audiovisual veiculado pelas TVs (a regulação prevista é para a comunicação; mas, no caso desse trabalho em específico, enfoca-se a regulação das televisões). Nessa perspectiva, regular a mídia não indica censurar os meios. E, mais, um tipo de censura ocorre ao se manter esse oligopólio de mídia com uma única visão dominante. A regulação é um assunto amplamente discutido na conjuntura política da América Latina atualmente, principalmente após a ascensão de governos de esquerda em muitos países (a pauta da regulamentação é, claramente, defendida pela esquerda política na América Latina). A radiodifusão, assim como a saúde e a energia, é um serviço público, regido por leis específicas e que deve ser prestado visando o interesse público. A regulação está prevista em lei e deveria ser cumprida.

6 I PANORAMA DA TV EM CABO VERDE

Para descrevermos a televisão em Cabo Verde é necessário primeiro entender o processo de construção do país. Ele foi colônia de Portugal até 1975 quando se tornou independente. Em dezembro de 1974 foi assinado um acordo entre o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde e o governo português. A partir daí foi instalado um governo de transição no país que preparou eleições para a assembleia nacional. Por fim, em 1975 o país se tornou independente. A televisão só começa a operar no país em 1984, portanto quase dez anos após sua independência.

De acordo com Rodriguez et al. (2007), a televisão em Cabo Verde começou em 1984, com a pública TVEC (Televisão Experimental de Cabo Verde). Em 1990 o canal foi renomeado para TNCV (Televisão Nacional de Cabo Verde). Em 2001, o canal passou a se chamar TCV (Televisão de Cabo Verde), nome que mantém até hoje. Em 1997, após um acordo entre Cabo Verde e Portugal, o país passou a receber via sinal aberto a RTP Internacional e em 2006 o país ganhou seu primeiro canal privado, a TV Record Cabo Verde.

Com uma emissão diária de poucas horas, a TEVEC era uma estação muito amadora, marcada sobretudo por diversas falhas técnicas. Podemos considerar que o período da TEVEC foi o momento em que se formaram os primeiros profissionais da televisão em Cabo Verde. Passando do regime experimental, a televisão cabo-verdiana foi baptizada de TNCV [Televisão Nacional de Cabo Verde]. Depois da abertura política, o Governo liderado por Carlos Veiga levou a cabo o processo de reestruturação dos órgãos de comunicação públicos, juntando a então Rádio Nacional de Cabo Verde e a antiga TNCV numa única empresa, chamada de RTC. O processo de fusão entre as duas empresas audiovisuais do sector público fez com que a rádio passasse a ser chamada de RTC FM e a televisão ficou com o nome de RTC. O primeiro Governo de José Maria Neves, que fez com que o PAICV voltasse ao poder na legislatura de 2001-2006, prometeu “reformular e modernizar o sector público da Comunicação Social, procurando a desejada normalidade de funcionamento num contexto de rigor e autonomia”, acrescentando ainda que iria levar a cabo um “plano de redimensionamento dos quadros e serviços da RTC, S.A. e da Inforpress, S.A., bem como a reestruturação económica e financeira das mesma” (Resolução n.º 5-A de 2001, de 13 de Março; Boletim Oficial, I Série, n.º 6 Programa do Governo). Em 2004, houve uma pseudo-reestruturação “dos media do Estado, com definição dos contratos de prestação de serviços para a RCV, TCV e o Estado” (A Semana, edição de 31 de Dezembro de 2004). Entretanto, a única grande mudança que houve na RTC depois do regresso do PAICV ao poder foi a separação editorial entre a rádio e a televisão do Estado, ficando ligados administrativamente, através do Conselho de Administração da Rádio-Televisão Cabo-verdiana (Évora, 2007, p. 61).

O país possui quatro canais de TV abertos: TCV, que é público, RTP África, RecordTV Cabo Verde e Tiver. Os dois últimos são canais privados.

7 | PANORAMA DA TV EM PORTUGAL

A televisão em Portugal começou suas atividades com a RTP 1 em 1957, canal de TV público. Em 1968 surgiu a RTP 2 e em 1992 é criado o RTP Internacional. Dado o caráter público, a RTP possui mais canais abertos, tendo sido lançados os canais RTP Madeira em 1972 e a RTP Açores em 1975. Em 1998 é criado o RTP África, voltado a países lusófonos fora de Portugal. Em 2004, é criado o RTP Memória e em 2015, o RTP 3.

A TV em Portugal surge pública e posteriormente há a entrada do caráter comercial. Em 1992 o mercado de televisão foi aberto ao mercado privado, com o leilão de duas novas redes de TV: a SIC e a TVI. Segundo Sobral (2012, p. 147-148) esse momento foi marcante na televisão portuguesa.

Assistimos, nos anos 90 do século XX, ao aparecimento de dois canais de televisão privados em Portugal, a Sociedade Independente de Comunicação (SIC), que começou a operar em 6 de outubro de 1992, e a Televisão Independente (TVI), que realizou a sua primeira emissão em 20 de fevereiro de 1993. Como facilmente se compreende, este momento assinala uma viragem marcante no sistema televisivo português e faz com que a televisão adquira uma nova dimensão na sociedade portuguesa (Cunha, 2008: 6). Os operadores privados de televisão permitiram não só aumentar a oferta de programas, como introduziram modificações na forma de se fazer televisão no nosso país e estabeleceram uma relação de proximidade com o telespectador. Como recorda Felisbela Lopes (2007a: 7), a estação de Carnaxide (SIC) começou por apresentar um noticiário onde pela primeira vez se deixava ver a zona de retaguarda das notícias: o lugar onde elas são fabricadas e mais tarde a TVI, transformando o cidadão comum no protagonista do entretenimento televisivo (Big Brother, 2000), conquistava as audiências para um novo tipo de programação. Na televisão pública verifica-se que a RTP1 opta por uma estratégia comercial mais agressiva (Cádima, 2011: 79), enquanto o canal 2 aprofunda o caráter de complemento cultural para “minorias qualificadas” (Sobral, 2012, p. 147 - 148).

Como demonstrado no texto, a TV segue caminhos distintos e antagônicos no Brasil e em Cabo Verde e Portugal. No Brasil, surge comercial e sem legislação específica. Em Cabo Verde e em Portugal surge pública e com legislação específica. Há que se ressaltar que Cabo Verde enquanto antiga colônia de Portugal acompanha o sistema executado pelos portugueses.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de períodos diferentes de desenvolvimento, os três países possuem sistemas híbridos de televisão, convivendo com privado e público, em maiores e menores proporções. Ainda que o governo brasileiro tenha acabado com o status de canal público⁷ da TV Brasil/EBC, o transformando em estatal, o Brasil ainda possui canais públicos, como

7. O canal público, apesar de ser financiado pelo Estado, não possui interferência dele. O canal estatal, por outro lado, serve os interesses do governo e do Estado na difusão de informações que os favoreça.

a TV Cultura, financiada pelo Estado de São Paulo, por exemplo. Essa convivência é excelente para o bom desenvolvimento do parque profissional da televisão, permitindo que o arsenal criativo possa ser aproveitado nos dois sistemas. Isso mostra um panorama de desenvolvimento da televisão nos três países.

Entretanto, o público brasileiro ainda não compreende a diferença entre os sistemas público e privado, justamente porque o privado foi pioneiro no país. Com isso, muitas pessoas acreditam em uma ideia (errônea) de que a TV pública, como era a TV Brasil/EBC, deva dar lucro e grande audiência. Pelo contrário, seu papel é dar voz às manifestações que a TV privada não dá, independente de lucro e audiência. Se pensarmos que um dos principais produtos da TV pública/estatal brasileira (seja ela federal ou estadual) é a programação infantil, com diversos produtos financiados pelas Leis de Incentivo à Cultura, pelo Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e por outros programas da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), vê-se aí que é possível investir em produtos públicos e que dão audiência.

Para Cabo Verde e Portugal, a compreensão sobre a separação dos sistemas público e privado é muito claro, pois o sistema inicial foi o público, abrindo espaço depois ao mercado privado. Com isso, o sistema público ganha concorrência forte e precisa investir em novos produtos e profissionais para manter audiência e relevância junto ao espectador. A existência clara dos dois sistemas na cabeça do público permite também a existência de leis robustas para regulamentação da mídia, algo incipiente no Brasil e difícil de ser aplicado, já que o mercado privado vende essa questão como censura e não como uma tentativa de desconcentração do mercado.

Porém, algo une os três países no que tange a televisão: a falta de espaço para novos *players*. Cabo Verde deve abrir novos espaços privados com a digitalização do sinal da TV, mas sem explicar quais benefícios ou apoios serão oferecidos aos novos operadores. Portugal não pretende abrir a concorrência para uma quarta rede de TV no país, mantendo apenas o espaço aberto para novos canais na TV paga. A eterna crise de anunciantes no Brasil impede o surgimento de novos canais e a manutenção dos pequenos canais existentes, que sem financiamento do mercado, precisam vender horários na programação para igrejas e outros exploradores externos. No Brasil, o paradoxo dos canais públicos de Cabo Verde e Portugal acontece com os novos canais do sistema privado: onde não há investimento em programação e produtos não há audiência para competir com outros canais.

Espera-se que este trabalho tenha contribuído com o diálogo e a discussão sobre a televisão no ambiente da CPLP.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARCTEL-CPLP (2017). **Anuário das Comunicações 2017**. Acesso em 22 jul. 2020 em: <http://www.arctelcplp.org/app/uploads/publicacoes/4782554725dced5a140e04.pdf>.

CIA World Factbook. **Brazil**. Disponível em https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/print_br.html. Acesso em 17 set. 2020.

CIA World Factbook. **Cabo Verde**. Disponível em https://www.cia.gov/library/publications/resources/theworldfactbook/geos/print_cv.htm. Acesso em 17 set. 2020

CIA World Factbook. **Portugal**. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/po.html>. Acesso em 17 set. 2020

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Objetivos**. Disponível em <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>. Acesso em: 04 set. 2020.

Évora, Silvino Lopes. Os media em Cabo Verde: percurso histórico e novas tendências. *In*: SOUSA, Helena; MARINHO, Sandra. **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2007**: os media no espaço lusófono. Lisboa: Eigal, 2007.

GODOY, Rosana *et alli* (2015). **Uma leitura sobre a lusofonia** - Estudo bibliométrico de teses desenvolvidas entre 2004 e 2014. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/42298>. Acesso em 16 ago. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAS – Pesquisa Anual de Serviços, 2016**. [online] Disponível em <https://teen.ibge.gov.br/noticias-teen/8311-televisao.html>. Arquivo consultado em 01 set. 2020.

LOURENÇO, Eduardo. **A nau de Ícaro**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

PER (2017). **Plataforma das Entidades Reguladoras da Comunicação Social dos Países e Territórios de Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://plataforma-per.org/conteudo.php>. Acesso em: 10 set. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia**. [Online] Disponível em <http://pesquisademidia.gov.br>. Acesso em 10 set. 2020.

Rodriguez, L. et alli (2007). **História dos Media em Cabo Verde**. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/iej/alunos/media/hm.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

SOBRAL, Filomena Antunes. **Televisão em Contexto Português**: uma abordagem histórica e prospetiva. *Millenium*. ISSN 1647-662X. N.º 42 (2012), p. 143-159.

ZHRREDINE, Danny. **Institucionalismo**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise Fílmica 126

Assessoria de Imprensa 165, 166, 168, 169, 172, 173, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187

Audiovisual 33, 36, 64, 65, 66, 79, 81, 92, 93, 94, 113, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 150, 151, 155, 157, 227, 228, 231, 287, 291, 334

C

Cinema Brasileiro 112, 115, 118, 124, 125

Comunicação 1, 2, 16, 18, 19, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 68, 77, 78, 79, 81, 83, 87, 88, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 109, 110, 112, 113, 114, 121, 126, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 149, 152, 153, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 179, 181, 186, 187, 188, 204, 206, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 222, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 241, 245, 250, 251, 252, 253, 256, 259, 260, 270, 271, 272, 273, 275, 284, 285, 291, 300, 301, 310, 311, 312, 315, 316, 321, 322, 323, 324, 325, 327, 328, 329, 331, 332, 334, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 358

Concentração 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 159, 227, 228, 344, 350, 351

Conflito 1, 2, 3, 5, 11, 86, 104, 107, 155, 157, 277, 305, 306, 309, 325

Crítica Político-Social 64, 66, 67, 69, 76, 77, 78

Cultura Pop 93, 94, 108, 111, 197, 236, 282

D

Desmonte da Ebc 41

Ditadura Militar 35, 36, 67, 77, 79, 91, 113, 118, 119, 120

Documentário 126, 127, 131, 132, 133, 135, 334, 337, 341, 343

E

Ecopropaganda 138, 139, 144, 148

Elite 83, 93, 94, 96, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Estética 8, 65, 66, 81, 90, 109, 138, 139, 140, 151, 154, 155, 156, 160, 200, 204, 338, 339, 341, 342

Estilo Televisivo 149, 150, 160, 162

Estrutura Discursiva Narrativa 11, 1, 2, 3, 7, 15

Experiência Comunicável 1, 4, 6, 7, 14

F

Festival 10, 79, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 112, 113, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 129

I

Imagem 16, 18, 20, 21, 25, 30, 120, 121, 122, 131, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 146, 147, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 167, 168, 184, 187, 188, 196, 203, 205, 211, 213, 217, 218, 219, 228, 242, 262, 269, 273, 274, 276, 277, 278, 280, 287, 298, 299, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 317, 318, 335, 336, 337, 338, 341

Indústria Cultural 45, 47, 48, 55, 81, 92, 271, 295

Indústria Fonográfica 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 88

Inovação Tecnológica 45, 51, 54

J

Jornalismo 1, 4, 16, 44, 112, 114, 125, 149, 165, 167, 358

Jornalismo Cultural 112, 124

L

Legislação de Mídia 33

Leitura Crítica 93, 99, 105

Luto 126, 127, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 290

M

Matrizes Culturais 149, 151, 152, 153, 155, 162, 294

Mercado de Música 45, 51

Música 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 65, 67, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 97, 156, 250, 270, 314

N

Narrador 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 105, 276, 277, 279, 280, 281

Necropolítica 126, 127, 128, 129, 136, 137

O

Oligopólios 33, 35, 42

P

Perfil 56, 59, 75, 118, 140, 165, 166, 169, 186, 187, 191, 260, 261, 262, 265, 266, 270, 289, 309

Prática 1, 7, 10, 31, 40, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 71, 97, 99, 148, 155, 165, 166, 169, 186, 205, 206, 241, 245, 272, 274, 275, 281, 282, 284, 289, 291, 311, 329, 358

Práticas Profissionais 57, 165

Precariedade 126, 127, 129, 130, 136

Publicidade 1, 2, 8, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 28, 30, 31, 45, 51, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 140, 144, 148, 207, 213, 237, 241, 265, 298, 299, 300, 301, 305, 310, 311, 325, 326, 327, 330, 331, 333

R

Redação Publicitária 1, 2, 7, 15, 18, 31, 58, 63, 310

Retórica 4, 112, 117, 120, 123, 124, 143, 144, 310

S

Semiótica 15, 95, 97, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 124, 188, 205, 358

Série 15, 35, 38, 58, 71, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 113, 122, 123, 129, 155, 199, 218, 225, 229, 234, 235, 236, 239, 246, 266, 269, 337, 338, 345, 346, 348, 355

Storytelling 64, 65, 66, 68, 69, 74, 75, 77, 78, 162

T

Telenovela 82, 83, 84, 149, 150, 151, 152, 157, 159, 160, 161, 162, 286, 291, 292, 293, 294, 296, 297

Televisão 13, 7, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 94, 98, 109, 113, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 132, 133, 140, 144, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 162, 194, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 242, 243, 244, 245, 259, 260, 262, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 275, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 291, 331, 352

Terra 63, 147, 149, 151, 152, 156, 157, 159, 160, 162, 262

TV Excelsior 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 151, 235

V

Vestibular 56, 61

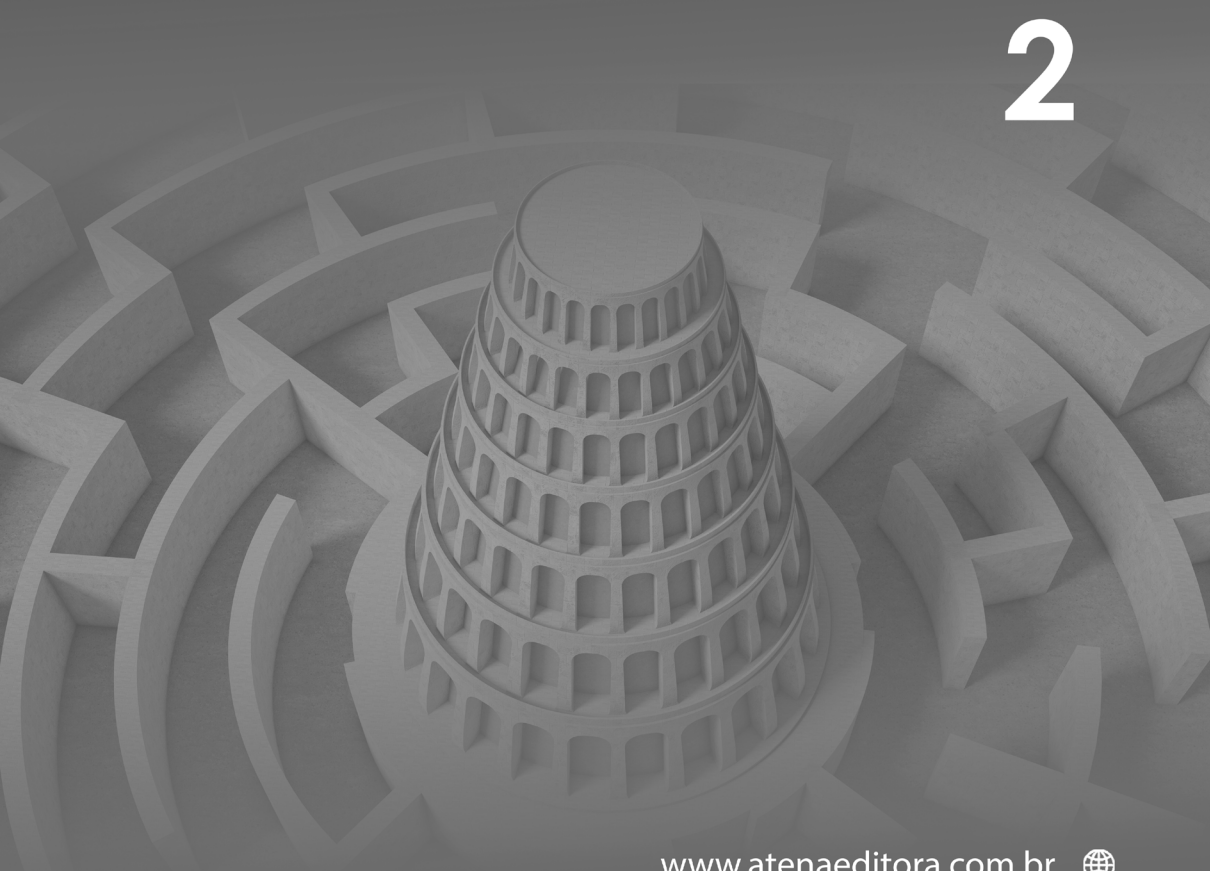
Videoclipes 64, 66, 68, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 77, 233

Visualidade 149, 188

Torre de Babel:

Créditos e Poderes da Comunicação

2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Torre de Babel:

Créditos e Poderes da Comunicação

2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 